

A PRESENÇA DA ARQUITETURA NEOCOLONIAL EM SALVADOR

O estilo neocolonial, como produção textual e construída, caracterizou-se por uma especificidade em relação às demais variantes do ecletismo, no sentido de que seus preponentes revelam uma intencionalidade, expressa em propostas político-pedagógicas, de expressão arquitetônica da identidade brasileira. Foram duas décadas (1920-1940) de esforços na tentativa de se estabelecer um estilo composto por ornamentos característicos da arquitetura colonial, cujo referencial estético era reconhecido pelo povo, embora a interpretação que se pretendia legitimada fosse disputar o campo arquitetônico com outras correntes, em que se destaca o movimento moderno na arquitetura, contra o qual ele travou uma batalha perdida na disputa pela legitimidade da arquitetura na cultura brasileira.

Introdução

A produção arquitetônica neocolonial tenta encontrar uma linguagem que possibilite justificar, em bases racionais, o sentimento nacionalista. Para isso, era necessário usar um referencial estético reconhecido pelo povo, que preferencialmente já estivesse, de algum modo, inculcido na cultura popular. Certamente essa reminiscência da cultura colonial estava ainda muito presente em Salvador, apesar de se ter procurado muito, durante o século XIX, apagar a imagem de uma cidade colonial, difundindo-se o ecletismo e o gosto por uma vida ao estilo francês, com intenção de torná-la civilizada. Seguindo padrões europeus, multiplicavam-se, pela cidade, obras de melhoramentos e embelezamentos, como se deu em Salvador nas administrações de J.J.Seabra (1912-1916 e 1920-1924).

Assim, este projeto pelo qual passou a cidade de Salvador vai se manifestar na sua estrutura social. Após anos de subserviência, a população baiana passa a encontrar-se com as maravilhas da tecnologia, de então: o bonde, a iluminação a gás, o tratamento de esgotos. Esse novo modo de vida, demandante de uma modernização, era objetivado através de um processo de cunho nacionalista, que fundamentou a base filosófica de toda a Primeira República. Assim, o ecletismo – que engloba, também, o neocolonial como o último repertório formal do ecletismo – impulsionou o avanço tecnológico, com a assimilação de novas técnicas, embora todo esse aparato de estrangeirismo eclético deflagre uma reação calcada ideologicamente no tradicionalismo conservador. Dessa reação, surge o neocolonial, que tentou legitimar sua produção construída evocando a tradição, para afirmar o verdadeiro espírito nacional.

Foram duas décadas de esforços, em que os profissionais construtores tentaram estabelecer um estilo composto por ornamentos característicos da arquitetura colonial e que foram reutilizados e recombinaados pelas décadas de 30 e 40 em diante.

A afirmação do estilo neocolonial em salvador

Em Salvador, o neocolonial vai surgir na década de 20, em plena República, como um estilo “sensível”, adotado por um segmento da classe média, sendo que outro segmento dava suporte a outros movimentos, como o moderno Art-Déco, chamado por alguns de Proto Modernismo. Entre alguns dos ideologistas e irradiadores do Neocolonial, no plano nacional, estão os tenentes, como um dos segmentos da classe média dos anos 20, Monteiro Lobato, Coelho Neto, José Marianno e Ricardo Severo. Existiam, também, os que apoiavam a derrubada, pois concordavam que o melhor para o Brasil era o moderno, como ocorreu no governo de Epitácio Pessoa, em 1922, autor da derrubada do Castelo, no Rio de Janeiro, com o objetivo de apagar vestígios da arte colonial e transplantar a Europa para o Brasil. Essa ânsia de progresso também surge em Salvador, como reflexo de uma situação existente no Rio e em São Paulo, principalmente depois da realização de grandes obras de engenharia, como a abertura da avenida central no Rio de Janeiro (atual avenida Rio Branco). O Morro do Castelo, no centro histórico da cidade, foi arrasado e utilizado como aterro, seguindo-se a esse, vários outros morros do centro do Rio, como o morro de Santo Antônio, do Senado e da Conceição. Desde então, lideranças políticas e administrativas, assim como os órgãos de imprensa, serão responsáveis pela pregação e realização das idéias de reforma urbana. Assim, respaldados nessa ideologia de progresso, destacam-se, na Bahia, os dois governos de J.J. Seabra quando quarteirões inteiros foram quase ou totalmente destruídos, incluindo monumentos religiosos seculares, a exemplo, as demolições da Igreja de São Pedro e do Senado.

É o próprio governador J. J. Seabra quem, em 1913, na sua Mensagem à Assembléia Geral Legislativa, transmite com muito entusiasmo a necessidade de modernização:

Em qualquer situação, senhores representantes do Estado, há sempre o que corrigir na conquista do passado, pelas novas exigências do progresso, em que se dilata para as diversas relações da vida, como uma justa aspiração de todos os povos, a idéia de aperfeiçoamento. Como uma idéia vencedora, que nenhuma resistência há de impedir, como um dever que, contente de mim e de vós, em devida e justa satisfação aos direitos deste povo, eu estava e estou cumprindo, os projectos e as obras que sabeis, os trabalhos que impulsiono os reais melhoramentos que, como symbolos do nosso caminhar para a civilização, e interrompendo a inércia do passado, se levantam do nada e crescem, e se adeantam, e hão de ser em próximo futuro, a irrecusável prova documental da creadora e patriótica actividade desta época [...] (SEABRA, 1913).

A maior concentração de “derrubadas” deu-se no primeiro governo, com o alargamento da Avenida Sete de Setembro, conhecida como a “Avenida do Governo”, que liga a Praça Municipal ao Campo Grande.

No início da 2ª década de XX, José Joaquim Seabra volta a ser governador da Bahia por mais um quadriênio (1920-1924), com intenções de dar continuidade aos projetos e às obras de urbanização executadas no governo anterior (1912-1916) e que foram prejudicadas e retardadas por falta de recursos, em consequência das repercussões, no Brasil, da primeira Grande Guerra.

Durante o segundo governo, constrói a Avenida Oceânica, outra transformação espacial que liga os arrabaldes da Barra ao Rio Vermelho, concluída em 1922. Essas reformas urbanas promovidas por J. J. Seabra, em nome do progresso, vão provocar uma reação contrária. Os rotulados de “tradicionalistas” vão tentar coibir os excessos do “Bota Abaixo”, em defesa do patrimônio. Com iniciativas de desenvolver ações de cunho preservacionista, surgirão às primeiras propostas, como as do pioneiro Wanderley de Pinho, em reunião no Instituto Geográfico e Histórico, em 1917:

Fica constituída uma comissão extraordinária de onze membros do Instituto com a denominação de – Comissão dos Monumentos e das Artes – com o fim de proteger, por todos os meios, os monumentos públicos, os edifícios particulares de valor histórico ou artístico e os objectos d’arte, de qualquer espécie, da acção destruidora ou modificadora do tempo e dos homens.

§ 1º. Essa Comissão é obrigada a apresentar relatório annual de seus trabalhos e organizará o programa de sua acção.

§ 2º. Incumbe a essa Comissão apresentar, dentro de um anno, minucioso catálogo de tudo o que constitui o patrimônio histórico-artístico da Bahia (PINHO, 1918, 191).

Em 1925, Wanderley Pinho volta a defender, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a nossa arquitetura colonial em conjunto, com uma visão aberta para o futuro:

Não sei se o digo com senso, mas assim o entendo – A nossa cidade tem como um valor grande esse cunho seu característico, que são os aspectos coloniaes de algumas suas ruas e construcções. Toda a orientação de reforma, pois, deveria tomar como diretriz a conservação e resguardo dessas ruas estreitas, tortuosas, inclinadas, mas cheias de casas e palácios de antanho, repletos de arte velha e de tradições antigas. O bairro da Sé, nesse particular, desde a rua da Assembléia à Baixa dos Sapateiros, é valiosíssimo ao “touriste” inteligente e a quem não banalisou ainda o espírito nas impressões da mesmice do modernismo [...] (PINHO, 1918, 98).

Assim, em consequência das inúmeras demolições, a Bahia foi o primeiro estado a tomar a iniciativa visando à proteção dos bens culturais, sendo seu governador, na época, Dr. Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), influenciado pelo núcleo atuante do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – IHGB, e especialmente pelo seu genro Wanderley de Pinho, o qual tentou definir amplamente o conceito de patrimônio. Tal iniciativa tinha, entre suas causas principais, criar uma legislação federal para os fins desejados e uma campanha movida pela intelectualidade baiana em prol da proteção das obras de arte e dos monumentos históricos. Surge, então, na Bahia a primeira Lei específica sobre o assunto (Lei nº. 2032 de 8 de agosto de 1927), que autorizava a criação de uma Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais.

Assim, o governador Góes Calmon apoiou, em seu governo, a arquitetura tradicional, aprovando projetos particulares e oficiais em neocolonial, chancelados pela máquina do governo. Apesar de as construções não seguirem a legislação contida no “Código de Posturas Municipaes” (1921), estavam respaldadas no ideário nacionalista da época.

Entre essas posturas de controle de ocupação do solo, ficava clara a proibição de construir ou modificar edifícios com beirais de telhados, nos quais telhas e biqueiras sejam aparentes nas fachadas principais e nas laterais, visíveis da rua, determinando-se a obrigatoriedade de construir platibandas nas edificações que não sejam *chalets* (Postura 35). São várias as posturas adotadas pelo Estado, ficando a cargo da Intendência fazer cumprir e regular os aspectos estéticos das edificações. A preocupação com o aspecto das construções era revelada na atenção dedicada às fachadas pela Intendência Municipal, o que incluía um serviço de “censura de fachadas”.

É durante o governo de Calmon que a legislação é aperfeiçoada no âmbito de definir zoneamentos, estabelecendo-se uma hierarquização da ocupação do solo urbano. As fachadas reconstruídas das edificações das ruas de Salvador são submetidas a uma *Comissão de Esthetica*, que delibera sobre questões técnicas e estéticas (resumindo-se, especialmente, às fachadas) reservando-se o direito de aprovar ou não o projeto.

Nesse contexto, em 1924, é encaminhada uma proposta de uma casa situada à Rua da Graça, de propriedade do senhor Alberto Moraes Marthins Catharino, em estilo neocolonial (Figura 1). Após a análise feita pelos técnicos da Intendência Pública Municipal, foi lavrado o seguinte parecer:

... o projeto anexo para a construção do prédio n.º 19, à Rua da Graça, vai de encontro à postura 35 que proíbe construção ou reconstrução de prédios com beiras de telhado aparentes, entretanto tratando-se do *estyllo* neocolonial, pode-se dizer oficialmente adoptado pelo Governo Federal na Exposição de 1922¹ onde grande número de pavilhões obedeciam a este *estyllo*, penso que a licença poderá ser concedida [...] (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL/FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS, Ficha 924/64) .

Verifica-se, assim, que, de acordo com a “conviniência esthetica”, as propostas neocoloniais, mesmo contrárias às disposições do Código, passam a contar com o apoio oficial declarado.

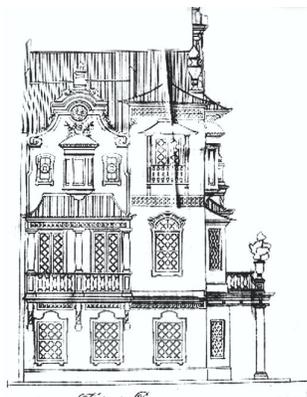


Figura 1 A - Projeto de autoria de Julio Brandão, para reforma de um prédio à Rua da Graça, em 1924. Fonte: Ahm/Fundação Gregório De Matos – Ficha 924/64.



Figura 1 B - Fachada lateral, 1924. Fonte: Ahm/Fundação Gregório De Matos – Ficha 924/64.

Primeiramente, era só a administração municipal que assumia a responsabilidade pela fiscalização da higiene sanitária e da saúde pública, através do Serviço Geral de Saúde Pública do Município², até ser instituída a Lei nº 1115, em dezembro de 1924, publicada no Diário Oficial, que autorizava "... o Governo a entrar em acordo com o Senhor Intendente do Município do Salvador, no sentido de serem definitivamente incorporados à Sub-Secretaria de Saúde e Assistência Pública os serviços sanitários actualmente executados pela Directoria de Hygiene Municipal “.

A preocupação com “os princípios higiênicos” (VAZ, 1992, 199) servia de base para a aprovação dos projetos pelo poder público. Portanto, de acordo com o art. 137, da Lei 1.115 cumpria:

... ao município velar pela esthetica urbana e passando a Sub-Secretaria de Saúde e Assistência Pública a vigilância sobre as condições hygênicas dos prédios, qualquer projeto de construção, reconstrução, ampliação ou modificação de edificios da cidade, será preliminarmente submetido à aprovação da Directoria de Obras Públicas do Município, que preenchida as formalidades que exigir, o encaminhará a Directoria de Engenharia Sanitária da Sub-Secretaria de Saúde e Assistência Pública (DIÁRIO OFICIAL, 1925, 854).

Essa mesma Lei reforça o trabalho conjunto entre as duas esferas administrativas, ressaltando que:

... o Município com seu Código de Posturas e o Estado com seu Código Sanitário³ harmonizarão as respectivas prescripções de modo que fiquem simultaneamente asseguradas as exigências da esthetica urbana e da hygiene. (DIÁRIO OFICIAL, 1925, 854)

Cabia à autoridade sanitária, a partir das determinações previstas no Código Sanitário, fazer a vistoria e vigilância, demonstrando, assim, a forte atuação do poder público do Estado e do Município sobre o espaço privado da população.

Como visto nesta pesquisa, o neocolonial reflete a ambigüidade da época, um dilema entre a modernidade e uma forte herança do passado colonial. Apenas a investigação de alguns projetos de inspiração neocolonial, na cidade de Salvador, no ano de 1920 a 1940, encaminhados para aprovação, ao Departamento de Obras Municipaes e a Directoria de Engenharia Sanitária, já é capaz de fornecer uma idéia da riqueza teórica e figurativa dessa produção arquitetônica.

A estética neocolonial interferiu na produção construída em Salvador, como em todas as principais capitais do país, através de uma política conservadora, que enaltecia nossa arquitetura colonial, como reação contra o ecletismo de matriz francesa então dominante. Encontra-se, portanto, sua justificativa na ânsia de buscar, nas formas e ornamentos do período colonial, uma arquitetura que pudesse expressar uma identificação com nossas raízes e fosse, ao mesmo tempo, funcional.

Vemos a presença do neocolonial em Salvador em projetos oficiais, como a construção de um prédio destinado à primeira sede da Caixa de Aposentadoria e Pensões, criada pela Lei Eloy Chaves (Decreto 4.682, de 24 de janeiro de 1923), destinada aos trabalhadores das empresas de estradas de ferro, Ferroviários da

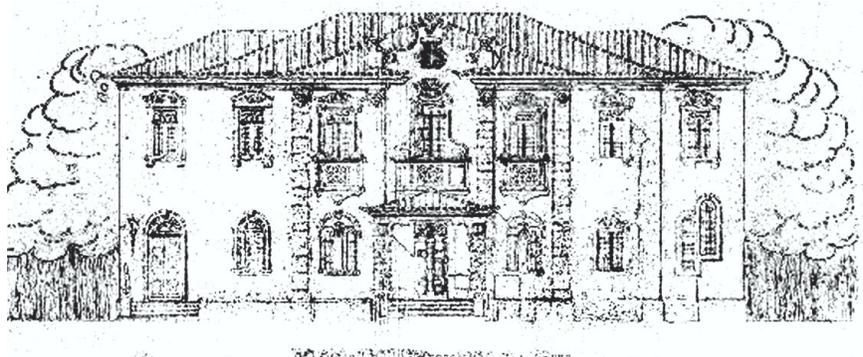


Figura 2 – Projeto para construção do prédio da Caixa de Aposentadoria e Pensões, em 1927.
 Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Companhia Este Brasileiro, situado no largo de Roma, s/n.º, em 23 de dezembro de 1927, no governo de Góes Calmon (Figura 2).

Além da presença ainda forte da estética da *beaux-art* e do *art-deco*, este último considerado como antecipação dos códigos formais modernos, é no período compreendido entre 1920 e 1940, que se dá a maior produção construída de prédios neocoloniais em Salvador. A maioria das construções atinge a parcela mais elitista da população, que vê, no neocolonial, um estilo coerente com a tradição e o conservadorismo ainda muito forte, principalmente, nas classes mais abastadas. Atinge também uma nova classe média em ascensão, que se oporá ao domínio de uma oligarquia tradicional, atuando no cenário político e cultural da vida da cidade, a qual tinha, no nacionalismo, sua ideologia de mudança. Ao mesmo tempo, buscavam conforto e progresso nas instalações técnicas, nos serviços sanitários da casa e na sua distribuição interna.

Muitas propostas eram preferencialmente pela casa de dois andares e geminadas (Figura 3). No térreo, uma grande varanda lateral dava acesso a um vestíbulo, que

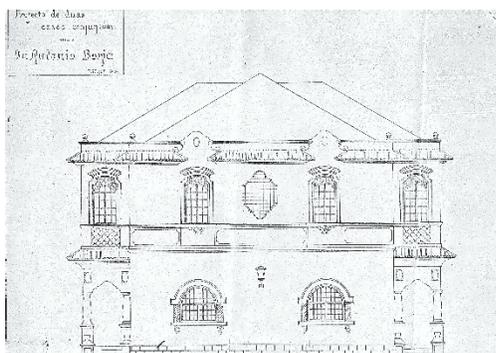


Figura 3 A – Projeto para construção de duas casas, à Praça Almeida Couto, s/n, 1928. Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia.

serve de distribuição para a sala de visita, sendo esta voltada para rua, e à sala de jantar, próxima à copa e à cozinha. Do vestíbulo uma escada conduz ao andar superior, onde ficam os quartos e os banheiros. A maioria, dessas construções segue um modelo de organização espacial que não difere muito um dos outros.

No andar superior, a permanência do vestíbulo, como espaço associado a um modelo de *status*, funciona como passagem para outros cômodos e, com o decorrer do

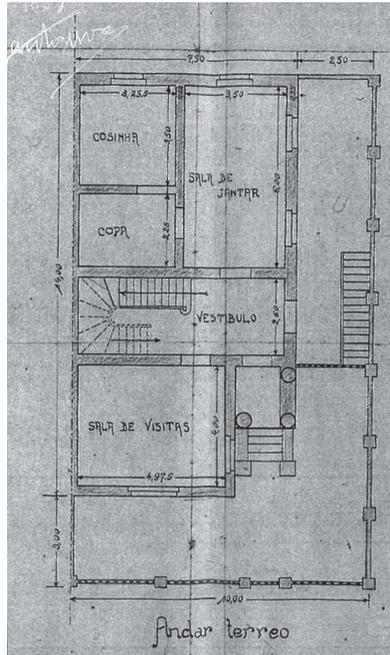


Figura 3 B - Planta do Andar térreo
 Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

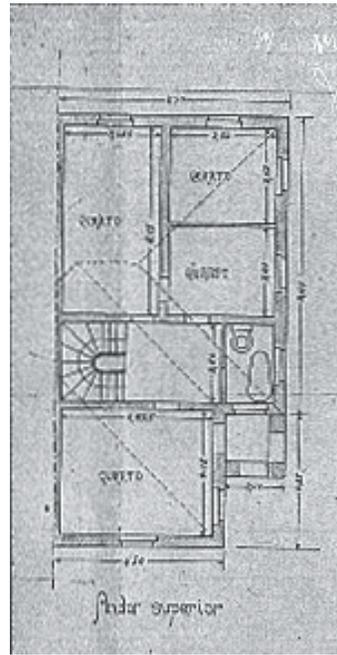


Figura 3 C - Planta do Andar Superior
 Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

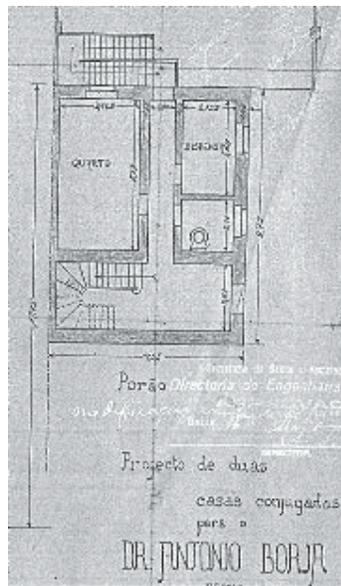


Figura 3 B - Planta do Andar térreo
 Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

tempo, vai ganhando decoração e requinte, de acordo com o nível econômico e social do proprietário.

No térreo, a cozinha está sempre próxima da copa e da sala de jantar. A área reservada para o serviço (lavanderia e alojamentos de empregados) situava-se na área externa (quintal), ou, em muitos casos, reformavam-se os porões para tal ocupação, com a devida fiscalização dos agentes da Diretoria de Engenharia Sanitária, que só permitiam a moradia em porões com iluminação e ventilação naturais e pé direito mínimo de 2,00 m. Com esse propósito, era exigida a colocação de bandeiras gradeadas nas portas e janelas, para facilitar a ventilação entre os compartimentos (Diário Oficial, 1926.).

Entre os anos 20 e 30, há um volume considerável de solicitações de autorização para

construção de dependências, indicando que a população já acatava a determinação do Estado quanto à construção das instalações sanitárias nas habitações e edificações, de um modo geral. Muitas dessas solicitações eram projetos de reforma de porão visando a adequá-lo a uma nova função, transformando-o em mais um andar. Muitos projetos eram de feições em neocolonial, o que demonstra a grande aceitação desse estilo.

Aprovam-se, assim, substituições da arquitetura existente por outras mais condizentes com a modernidade da época, como o projeto apresentado pelo padre Manoel dos Santos Ferreira, para a propriedade do Seminário “Santa Thereza” (Figura 4 e 5).

Uma importante indicação da relação entre arquitetura neocolonial e a ideologia política tradicionalista da época encontra-se implantada não apenas no discurso, mas em propostas concretas que se alastraram também pelo interior do estado, chancelados pela máquina estatal, conquistando a preferência dos clientes governamentais.

Prefeituras e governos apoiaram o programa de construções de postos de puericultura (Figuras 6, 7 e 8), na década de 30, com ornamentação de fachadas de inspiração neocolonial, que se tornaram um exemplo de aplicabilidade desse estilo para os mais diversos programas arquitetônicos.

Ao estudar a trajetória da arquitetura neocolonial em Salvador, veremos muitos profissionais, considerados

como primeira geração “modernista” da Bahia, que tiveram antes, por referência, o neocolonial, como linguagem para projetar sua arquitetura. Há de se considerar que são arquitetos que saíram da Escola de Belas Artes, de dominância conservadora até o fim da década de 50 (NASCIMENTO, 1998, 37). Tome-se como exemplo o projeto da Associação Atlética da Bahia, de Diógenes Rebouças (um dos protagonistas da arquitetura moderna na Bahia), em parceria com Jaziel, construído no início da década de 40. A arquitetura, nesse caso, é uma evocação ao passado, com feições em neocolonial, observadas no

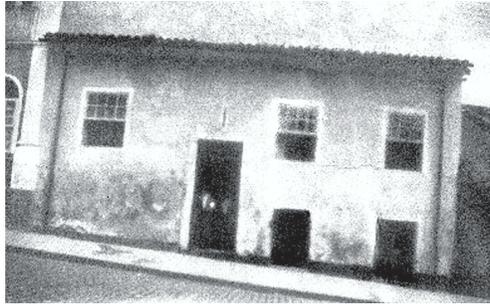


Figura 4 – Foto da fachada pré-existente, 1929.
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

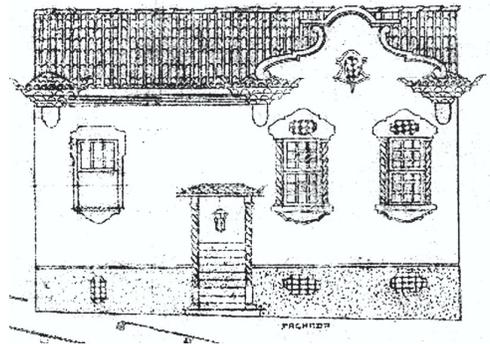


Figura 5 – Projeto apresentado em substituição ao anterior para remodelação da fachada.
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia



Figura 6 — Posto de Puericultura de Cipó.
Fonte: Revista Fiscal da Bahia (1949).



Figura 7 - Posto de Puericultura da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Formoso.
Fonte: Revista Fiscal da Bahia (1949).

uso de arcadas, colunas toscanas, beirais, telhado aparente em quatro águas e frontão curvilíneo compondo o pórtico que marca o acesso principal. Podemos dizer que prefeituras e governos apoiaram construções em estilo neocolonial, tomando-se um exemplo de aplicabilidade desse estilo para os mais diversos programas arquitetônicos, incluindo clubes sociais e esportivos⁴ e fontes ornamentais⁵ (Figuras 9 e 10).

Outra importante indicação de sentimento de caráter ideológico na arquitetura encontra-se não apenas no discurso, mas em vários projetos construídos de inspiração neocolonial, (utilização de beirais, arcadas, telhados em quatro águas, compostos por telhas tipo capa e canal), para abrigos de bondes construídos pela Companhia Circular de Carris da Bahia, concessionária do transporte de bondes da cidade. O contrato foi assinado com a Prefeitura de Salvador, em 28 de maio de 1929, e a cláusula VIII, item E, do referido documento estabelecia o compromisso de construir abrigos modernos para os passageiros, além de prestar outros serviços à população. (CADENA, 1999, 101). Assim, por exemplo, alguns abrigos foram em direção ao estilo neocolonial (Figuras 11 e 12) e outros ao *art-deco*, todos, porém, considerados modernos.

A Companhia construiu abrigos na Ribeira, no Barbalho, no Largo da Mariquita, na Baixa do Cabula, no Campo Santo, no Matatu e no Primeiro e Segundo Arco, (atual bairro da Federação). Ao término do contrato, em 1940, todos os abrigos estavam em péssimas condições de preservação, por falta de manutenção.

Uma nova licitação foi realizada pela Prefeitura de Salvador, sendo a vencedora a Empresa Baiana A. C. Linhares & Cia, cujo contrato foi assinado em 20 de junho de 1939, pelo prefeito Durval Neves da Rocha, estipulando a construção de 20 novos abrigos públicos.



Figura 8 - Posto de Puericultura da Associação de proteção à Maternidade e à Infância "Isolina Guimarães", de Itabuna.
Fonte: Revista Fiscal da Bahia (1949).



Figura 9- Vista da Fachada Principal da nova sede da Associação Atlética da Bahia. Estudos e projetos dos arquitetos Diógenes Rebouças e Jaziel. Fonte: técnica (nº. 3, 1941).

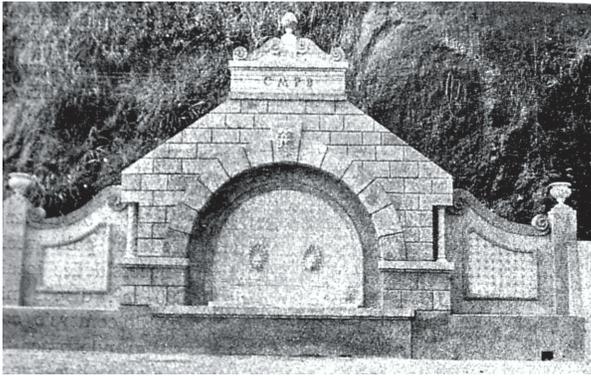


Figura 10 – Fonte construída no estilo neocolonial, no pátio interno do Mercado Público “ 1º. De Maio”, situado na avenida Frederico Pontes, Cidade Baixa. Fonte: técnica (nº. 6, 1941).

Do mesmo modo que essa produção arquitetônica criava bases para encontrar uma linguagem tradicional, transpondo-a para os projetos públicos e possibilitando um entendimento por parte do usuário, não deixou de assimilar outros estilos que surgiam, enriquecidos com novas possibilidades estéticas e construtivas, com mais destaque para o Movimento Moderno, inicialmente com o *Art Déco*, o que certamente contribuiu para um circuito de reprodução e recepção, ao qual se juntavam os *neo ecléticos*, numa demonstração de convivência harmônica e perturbadora.

É nessa área, de livres transações entre os que projetam e constroem e os que contratam os serviços, que o Neocolonial tenta sua sobrevivência, mas pondo aos poucos em xeque seu domínio. Nesse quadro, procurando dar conta de uma nova realidade que se estava implantando, forma-se uma nova mentalidade, sensibilizada com as revoluções estéticas que já estavam ocorrendo por todo o país.

Assim, é impossível não fazer referência a outras correntes que, na mesma época, disputavam o campo artístico no âmbito da arquitetura, a exemplo das construções dos abrigos em *Art Déco*, as quais também conseguiram conquistar amplo espaço através das demandas oficiais e também de encomendas de projetos particulares (Figuras 13 e 14).



Figura 11 - Abrigo da Calçada, à Praça 11 de dezembro, inaugurado pelo Prefeito Durval Neves da Rocha, em 1941. Fonte: Cadena (1999).



Figura 12 - Fotografia do Abrigo em Água de Meninos, Distrito do Pilar, ainda existente, 1943. Fonte: Cadena (1999).



Figura 13 - Abrigo da Baixa de Quintas, 1942. Fonte: Arquivo Histórico Municipal/Fundação Gregório de Matos.



Figura 14 - Abrigo da Graça, 1941. Fonte: Arquivo Histórico Municipal/Fundação Gregório de Matos.

Já na década de 30, encontra-se, em Salvador, uma geração de engenheiros civis e construtores, aliados as exigências do meio e com habilidade de articulação política, que passavam pelos estilos modernos, acadêmicos, na tentativa de representação do gosto da elite. Entre eles, podemos destacar Sátiro Brandão, Francisco de Sá, Durval Nereu da Rocha (prefeito de Salvador entre 1938 a 1942), Jaime Cerqueira Lima, Leonardo Mário Caricchio, Walter Veloso Gordilho, entre outros, todos os engenheiros e alguns colaboradores da revista *Técnica*.

Há uma lacuna, entre 1920 a 1940, de produção escrita sobre o neocolonial na capital baiana, a exemplo do eixo Rio-São Paulo, que teve como precursores e teóricos José Marianno e Ricardo Severo.

Somente a partir de 1941, passa ser editada, em Salvador, a Revista *Técnica*, um periódico escrito pela classe profissional, considerada a primeira publicação baiana com artigos de conhecimento técnicos voltados para atividade construtiva, ao mesmo tempo em que divulgava propagandas de empresas construtoras, de materiais de construção, casas e bancos financiadores. Publicava projetos construídos ou não, com sugestões de fachadas, mostrando uma tendência ao tipo de catálogos de casas. Podem-se observar, nos diversos exemplares, muitos projetos com ênfase na arquitetura de estilo, comprovando que, mesmo sendo erguidos vários prédios de apartamentos de expressão moderna, a arquitetura tradicional ainda desfrutava de forte prestígio na cidade.

Pode-se constatar que os estilos tradicionais eram adotados também por engenheiros que abraçavam a arquitetura moderna desde a década de 30, tomando-se como exemplo o engenheiro, arquiteto e professor Walter Gordilho, que projetou o edifício Gordilho, primeiro prédio de apartamentos modernista na cidade, em 1939, e uma casa com feições em neocolonial (Figura 15), datada de 1947, demonstrando a permanência da tradição com que esse estilo se identificava.

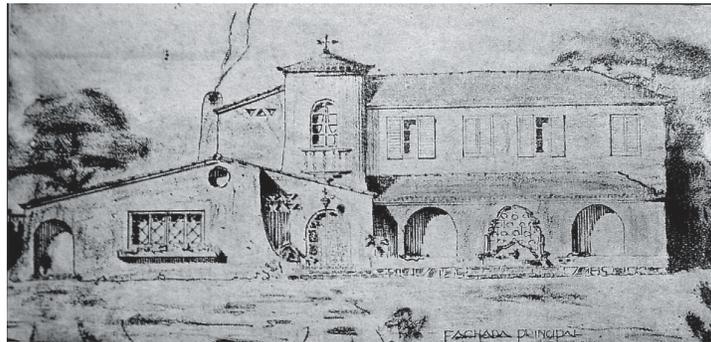


Figura 15 – Fachada de uma residência no Barbalho, com alguns elementos característicos da arquitetura neocolonial, 1947. Projeto de Walter Velloso Gordilho.
 Fonte: Acervo de Anete Araujo

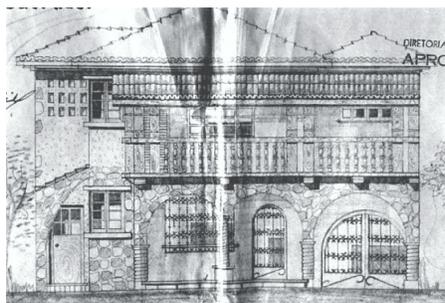


Figura 16 – Desenho de uma casa com elementos característicos do estilo neocolonial, contribuição da Escola de Belas Artes.
 Fonte: *Técnica* (n.º 5, 1941).

Outras contribuições para a revista vinham da Escola de Belas Artes (Figura 16), com projetos de inspiração neocolonial e outras variantes ecléticas, o que tudo indica serem eles ensinados na escola (ARAUJO, 2004, 254).

Observam-se, nas publicações, as mais variadas produções estilísticas, sem demonstrar preferências, como o projeto de L. M. Caricchio⁶, exibido em 1941 na revista n.º 2, onde uma única planta baixa (Figura 17 A e B) traz quatro sugestões de fachadas tradicionais (Figura 18 A a D).

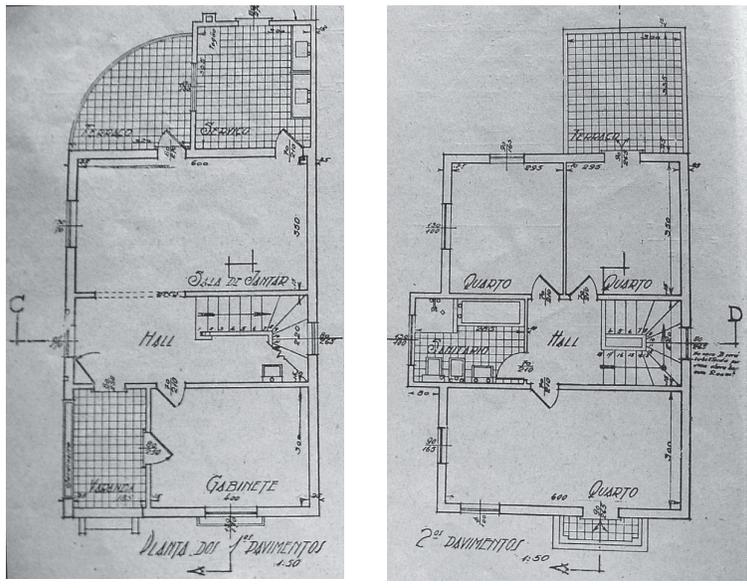


Figura 17 A e B – Planta do 1º. e 2º. pavimento. Fonte: Técnica (nº.2, 1941).

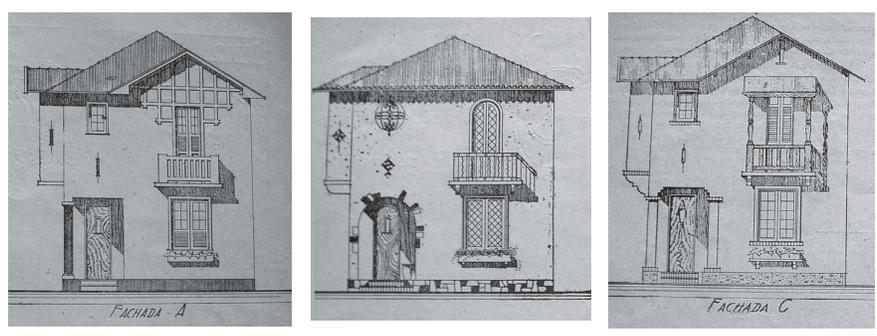
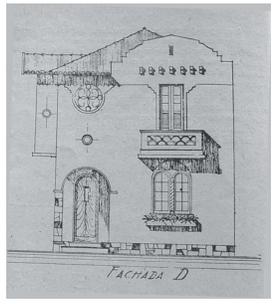


Figura 18 A a D – Ilustração dos quatro modelos de fachadas para uma mesma planta, projeto do engenheiro Leonardo Mário Caricchio. Fonte: Técnica, (nº. 2, 1941).

Outro projeto, do engenheiro Sátiro Brandão⁷, que, desde a década de 20, adotava o neocolonial em vários projetos, mostra uma planta de uma casa com dois modelos de fachadas (Figura 19), uma mais tradicional e outra com uma leitura mais moderna.



Essas propostas de fachadas comprovam que, depois da década de 30, muitos profissionais privilegiavam tanto a arquitetura de expressão

estilística conservadora quanto a moderna. Outros projetos de casas modernas e neocoloniais têm origem em Escritórios de Arquitetura⁸ que também colaboravam com publicações na revista “Técnica”, como o Escritório de Desenho Antônio Ramos, responsável pelo projeto da residência de inspiração neocolonial do Sr. Carlos Souto Maia (Figura 20), projeto cuja característica maior passa a ser a simetria, uma tendência muito utilizada, em outras fachadas de linguagem mais moderna.

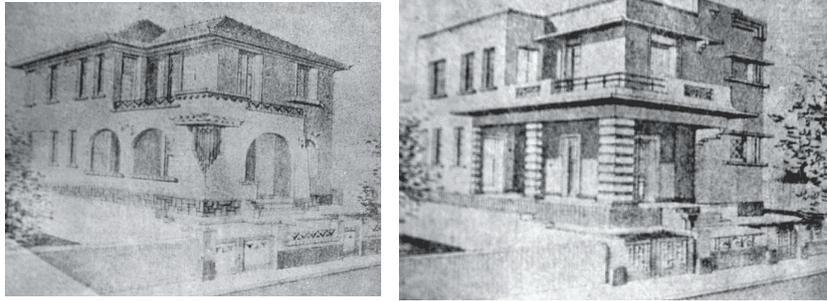


Figura 19 A e B – Modelos de duas fachadas para uma mesma planta. Projeto de Sátiro Brandão. Fonte: Técnica (nº. 8 , 1941).

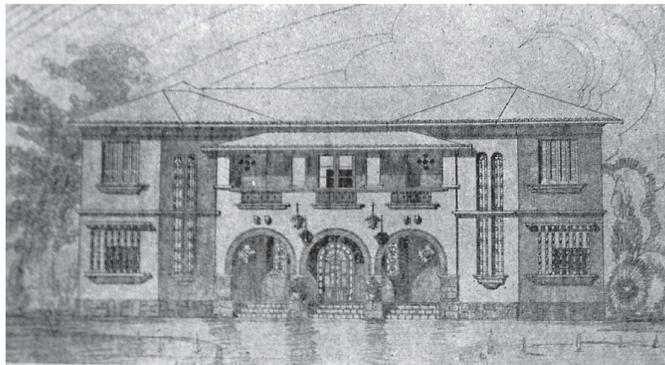


Figura 20 - Fachada de uma residência em estilo neocolonial, projeto do Escritório Antônio Ramos. Fonte: Técnica (nº. 25,1948).

Por outro lado, tanto o neocolonial como seu opositor, o modernismo, se basearam nos princípios eruditos de busca da funcionalidade, além de manuais técnicos, que aqui chegavam, para construtores, arquitetos e clientes, apresentando modelos de residências “coloniais” e “modernas”, que se juntavam ao *art-déco* e aos neos ecléticos, numa demonstração de convivência harmônica e perturbadora. Assim, houve diversas propostas que procuravam interpretar o verdadeiro caráter nacional e fazer um projeto de futuro.

Esse pensar nacional passava junto a várias áreas do conhecimento humano: na política, nas artes plásticas, na poesia, na arquitetura. Ser moderno tornava-se sinônimo de ser nacionalista, era se desatrelar da submissão de séculos de coloni-

zação e procurar constituir um novo caminho, o mais livre possível de influências externas ou passadiças. Cada um interpretava essa liberdade, ou melhor, essa independência cultural, política ou econômica de um modo particular.

Conclusão

Em Salvador, pode-se dizer que o Neocolonial atravessou duas fases de concepção, como movimento e estilo. A primeira, iniciada na década de 20, identificava-se como irradiadora do movimento ideológico de caráter nacionalista e preservacionista, reativa ao processo de reformas urbanas que vinham ocorrendo desde a década anterior, no Rio de Janeiro, obras do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), o “Bota-Baixo”, como é conhecido popularmente. Dez anos após o início das reformas na cidade do Rio de Janeiro, vamos encontrar esse urbanismo emigrando para a Bahia e com as mesmas características arrasadoras. Assim, nas primeiras décadas do século XX, Salvador passou por transformações urbanas e arquitetônicas de largas repercussões. Uma ideologia de progresso justificará essas urbanizações avassaladoras. Em nome do moderno e do novo, buscavam-se soluções consideradas civilizadoras. Foi nos governos de J. J. Seabra (1912 - 1916 e 1924 -1928) que, por pressão dos interesses econômicos e políticos, destruíram ou semidestruíram, de forma sistemática, o acervo colonial baiano, causando amplo descontentamento entre a população. Essa idéia de voltar à tradição arquitetônica colonial, não foi somente por amor às antigas soluções estilísticas, mas pela necessidade de um gesto de afirmação que vinha em direção de um sentimento nacionalista e tradicional, antes de tudo uma consciência preservacionista. Encontramos, nessa fase, um neocolonial de forte tendência de sua matriz eclética, que utiliza vários elementos da arquitetura colonial, como os palacetes da Graça (1924), o prédio do Museu de Arte da Bahia (1925), o Prédio da Caixa de Aposentadoria e Pensões (1927), entre outros.

A segunda fase, nas décadas de 30 e 40 em diante, os projetos em neocolonial, como os que se vêem exibidos na revista “Técnica”, foram adotados em Salvador, mais como uma opção de estilo acadêmico, um modismo a ser seguido, vale observar, na maioria dos projetos residenciais (e até comerciais) tanto de classe média quanto de classe alta, nos quais se verificará a total ausência de uma proposta estética mais consistente, feitos com a idéia de agradar o cliente e, assim, tornarem-se mais fáceis de comercialização. O eco dessas propostas levaria o neocolonial a ser afastado do posto de autenticidade e funcionalidade, para sucumbir ao pastiche e à ornamentação, típicas apropriações de elementos barrocos que não correspondiam às mesmas leituras da época original.

Porém o neocolonial, durante algum tempo, pôde assumir seu caráter de vocação nacionalista, lutando contra o academicismo e aliando forças pela redescoberta e preservação do patrimônio artístico e arquitetônico da época colonial.

Notas

- ¹ Ressalta-se que a Exposição Comemorativa do Centenário de 1922 foi um veículo importante na difusão da arquitetura em estilo neocolonial, que, a princípio, deveria ser nacional; entretanto, passou a contar com a presença de pavilhões internacionais. Serviria como espelho onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem do progresso, da civilização, da higiene e da beleza. Coube ao prefeito Carlos Sampaio, num gesto patriótico, chamar os profissionais para executarem suas obras de acordo com o estilo arquitetônico inconfundivelmente brasileiro, resultando seis pavilhões no estilo neocolonial.
- ² Através da lei nº. 921 de 29 de novembro de 1912, o governador J.J. Seabra manda adotar, como Lei Sanitária, a Organização do Serviço Geral de Saúde Pública do Município.
- ³ Os códigos sanitários foram publicados no Diário Oficial, em novembro de 1925. Empresa Gráfica do estado da Bahia – EGBA.
- ⁴ O exemplo referido é a construção da nova sede da Associação Atlética da Bahia, em 1941, que ficou a cargo da Empresa Comercial de Construções, LTDA, com sede no Rio de Janeiro e filial na Bahia, sob a direção do engenheiro civil Oswaldo Augusto da Silva, estudos e projetos dos arquitetos Diógenes Rebouças e Jaziel, fiscalização do engenheiro civil Professor Leonardo Mário Caricchio. Outro projeto de associação esportiva, em estilo neocolonial, foi o Clube Hípico (ver matéria na revista *Técnica*, nº. 16, 1944).
- ⁵ Em 1940, inaugurou a 1ª. Fase do Mercado 1º. de Maio, de propriedade da Companhia de Mercados Públicos S.A., na administração do prefeito Dr. Neves da Rocha. A matéria exibida na *Técnica*, nº. 6, em 1941, relata que “atendia a todos requisitos de higiene, constituindo uma construção modelar, pela inteligente adaptação do edifício às necessidades locais.” Foi construída, na área interna, uma fonte de inspiração neocolonial, “causando um belíssimo efeito, realçado pelo relvado ao fundo”.
- ⁶ Leonardo Mário Caricchio foi professor catedrático da Escola Politécnica da Bahia e colaborou com vários projetos de residências reproduzidas em diversos números da *Técnica*.
- ⁷ Sátiro Brandão engenheiro colaborador da revista *Técnica*, projetou casas em estilo neocolonial, bungalows, prédios de apartamentos em estilo modernista e a famosa “Casa Navio”, construída em Amaralina (*Técnica*, nº. 3, 1941).
- ⁸ Pode-se ver, na contracapa da revista *Técnica* nº.19, de 1946, uma referência ao Escritório de Engenharia e Arquitetura do engenheiro Humberto Lemos Lopes, com um projeto, para sua própria residência, em estilo neocolonial. Encontram-se, também, em diversos números da *Técnica*, na década de 40, propagandas de empresas de financiamentos de Instituições Federais (Caixa Econômica Federal) e Privadas (Banco Lar Brasileiro), anunciando várias casas de estilo e outras do primeiro modernismo.

Referências

- ALMEIDA, Maria do C. B. Esnaty de. *A Vitória da renascença baiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na primeira república*. 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ARAUJO, Anete R. C. de. *Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador: 1930-1945*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CADENA, Nelson V. Salvador. *Quatrocentos anos de propaganda na Bahia*. Catálogo de exposição. [Salvador]: COPENE, Governo do Estado da Bahia, [1999], il.col.
- LINS, Eugênio de Ávila. *Preservação no Brasil: a busca de uma identidade*. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- NASCIMENTO, Valdinei Lopes. *Salvador na rota da modernidade (1942-1965) Diógenes Rebouças, arquiteto*. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PINHO, José Wanderley de Araújo. *Proteção dos monumentos e objetos históricos*. Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Bahia, (43), 1918.
- REVISTA FISCAL DA BAHIA. Quatrocentos Séculos de História da Bahia. Salvador: [s.n.], 1949. Edição especial dedicada ao IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR.
- SEABRA, J. J. Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª. sessão ordinária da 11ª. Legislatura. Bahia, secção de obras da Revista Brasileira, 1913.
- VAZ, Lílian Fessler. Modernização excludente e moradia no Rio de Janeiro. In: FERNADES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1992. p. 197-203